

**UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

ANA PAULA KAPKE

**IDEIAS POTENTES PARA PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DE MICHAEL
YOUNG**

Ijuí, (RS)

2017

ANA PAULA KAPKE

**IDEIAS POTENTES PARA PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DE MICHAEL
YOUNG**

Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Pedagogia, objetivando a aprovação no Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, DHE – Departamento de Humanidades e Educação.

Orientador: Dr. José Pedro Boufleuer

Ijuí (RS)

2017

Dedico este trabalho aos meus pais, por todo o amor, incentivo e apoio a mim concedidos durante minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Neri Kappke, à minha mãe Darlene Maria Kappke e à minha irmã Janaina Kappke, que acompanharam de perto minha trajetória acadêmica, me viram sorrir, chorar, querer desistir, e me levantar novamente, e que da forma como puderam sempre me ajudaram, me dando forças para continuar. Aos meus pais, gratidão eterna pelo cuidado e amor a mim concedidos.

Às minhas colegas de curso, em especial a Elisa Bastos, a Liziani Cavalheiro Pinto da Silva e a Silvane Souza Diesel, pelos momentos alegres que tivemos durante o curso, bem como as conversas, as trocas de ideias, os desabaços, a cumplicidade e o apoio. Sem vocês essa caminhada teria sido muito mais difícil. Amizades que ficarão para sempre.

Ao meu professor, orientador e mestre José Pedro Boufleuer, por dividir comigo seus saberes e por ter conduzido de forma tranquila e acertada a realização desta pesquisa. Aos demais professores do curso de Pedagogia que com seus conhecimentos, seu entusiasmo e crença na importância da educação me fizeram ao longo desses cinco anos me apaixonar pela Pedagogia.

Agradeço carinhosamente a Antônia Copetti Casalini, de quem fui babá que, mesmo sendo pequena e sem dizer nada, foi quem mais me ensinou o que é ser criança e a conhecer de perto o longo processo de nascer para o mundo.

À direção e coordenação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde atuei como auxiliar pedagógica, por terem me oportunizado essa experiência durante a graduação. Às professoras, pela amizade, pela calma que tiveram comigo e por tudo o que aprendi com cada uma. Às demais auxiliares pedagógicas, pelo companheirismo. Às crianças, pelo carinho e afeto.

Aos demais, que de alguma forma participaram da minha vida acadêmica e contribuíram na minha formação pessoal e profissional.

"...Pois Educar é crer na perfectibilidade humana, na capacidade inata de aprender e no desejo de saber que a alma, em que há coisas (símbolos, técnicas, valores, memórias, fatos...) que podem ser sabidas e que merecem sê-lo, em que nós, homens, podemos melhorar uns aos outros por meio do conhecimento."

Fernando Savater

RESUMO

O presente trabalho teve como finalidade conhecer o pensamento do sociólogo e educador Michael Young e refletir sobre como as concepções defendidas por esse autor podem ser valiosas para pensarmos a educação. Através da investigação bibliográfica dos artigos do sociólogo publicados em revistas brasileiras foi possível assumir certas compreensões como a de que o papel primordial da escola é o desenvolvimento intelectual dos estudantes, por meio do conhecimento poderoso, ou seja, o conhecimento especializado e que não está disponível em outros espaços. Para que a escola consiga de fato ter sucesso em capacitar os alunos a adquirir conhecimento poderoso ela precisa contar com um currículo que seja um guia para as escolas e professores ensinarem o conhecimento poderoso e não um instrumento para despertar o interesse de aprender por alunos desmotivados, ou baseado em um ensino destinado para uma futura empregabilidade, como defendem algumas políticas educacionais, educadores e pesquisadores em educação. Para não confundirmos o que é papel do currículo se faz necessário compreendermos a distinção entre currículo e pedagogia. O trabalho ainda propõe que as disciplinas são a melhor forma de ensinar e de adquirir conhecimento poderoso. Por fim, esse direito à educação e ao conhecimento poderoso não deve ser apenas privilégio de alguns, mas antes um direito de todos, independentemente de suas origens sociais, econômicas e étnicas, das questões de gênero ou da escola que frequentam.

Palavras-chave: Escola; Conhecimento Poderoso; Currículo; Michael Young

ABSTRACT

The present work had as purpose to know the thought of the sociologist and educator Michael Young and to reflect on how the conceptions defended by this author can be valuable to think the education. Through the bibliographical research of the sociologist's articles published in Brazilian journals it was possible to assume certain understandings such as that the primary role of the school is the intellectual development of the students through powerful knowledge, that is, specialized knowledge and that is not available in other spaces. In order for the school to succeed in empowering students to acquire powerful knowledge, it needs to have a curriculum that is a guide for schools and teachers to teach powerful knowledge and not an instrument to arouse the interest of learning by unmotivated students, Or based on a teaching destined for future employability, as some education policies, educators and researchers in education defend. In order not to confuse the role of the curriculum, it is necessary to understand the distinction between curriculum and pedagogy. The work further proposes that disciplines are the best way to teach and acquire powerful knowledge. Lastly, this right to education and powerful knowledge should not only be the privilege of some, but rather a right of everyone, irrespective of their social, economic and ethnic origins, gender issues or the school they attend.

Keywords: School; Powerful Knowledge; Curriculum; Michael Young

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE MICHAEL YOUNG: ESCOLA, CURRÍCULO E CONHECIMENTO.....	12
1.1 A trajetória de Michael Young.....	12
1.2 “Para que servem as escolas?”.....	13
1.3 “O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas”.....	17
1.4 “Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI?”.....	20
2 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MICHAEL YOUNG PARA A EDUCAÇÃO.....	25
2.1 A noção de conhecimento poderoso como sendo o conhecimento especificamente escolar.....	25
2.2 O currículo como um instrumento para promover a aquisição de conhecimento poderoso.....	28
2.3 A necessária diferenciação entre currículo e Pedagogia.....	29
2.4 Disciplinaridade ou Interdisciplinaridade?.....	30
2.5 A educação como um direito de todos.....	31
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso destina-se ao cumprimento da exigência legal para a aprovação na disciplina de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e na obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia, junto à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

O tema por mim escolhido para desenvolver esta pesquisa, apesar de ter amadurecido há pouco tempo, instigado principalmente pela minha inserção num programa de iniciação científica e pelo acertado direcionamento de meu orientador para essa temática, vem na verdade sendo alimentado desde o início da graduação em Pedagogia, quando passei a conhecer e aprofundar noções referentes ao objeto de estudo da pedagogia, a saber, os processos educativos, e a perceber a Pedagogia para além de um campo de atuação profissional apenas, e sim como um campo de investigação científica que tematiza uma série de assuntos referentes à educação.

Apesar de o curso de Pedagogia se destinar à formação de educadores para atuarem nos vários setores da educação escolar e em espaços não escolares, ele possibilita aos seus acadêmicos reflexões sobre a educação em todas as suas dimensões, seja ela institucionalizada ou não, trazendo concepções de educação de filósofos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, além do próprio estudo da história da educação e da trajetória da pedagogia enquanto ciência da educação (como definida por Johann Friedrich Herbart e defendida por muitos outros).

Pelo fato de o curso nos dar essa possibilidade de não apenas construirmos conhecimentos disciplinares, didáticos e metodológicos, mas de também pensarmos na educação como tendo um propósito, ou vários propósitos, bem como de termos uma visão das potencialidades, dos limites e desafios da educação atual, pude ir construindo nesse percurso todos esses conhecimentos que, juntamente com as reflexões dos professores, as leituras, os debates em sala de aula, os estágios e demais inserções no ambiente escolar, me possibilitaram levantar uma série de questionamentos que vêm muito e há muito tempo me inquietando.

Uma dessas minhas inquietações, e da qual resultou este trabalho, se refere à crise na educação de que tanto se fala e que tem proporções mundiais. São muitos os fatores que juntos contribuíram para que essa crise se estabelecesse. Para Juan Carlos Tedesco essa crise “Não provém da forma deficiente com que a educação cumpre os objetivos sociais que lhe são designados, mas do fato, mais grave ainda, de não sabermos que finalidades deve cumprir e em que direção, efetivamente, orientar suas ações” (apud SAVATER, 1998, p. 18). Já o próprio Savater diz que,

Com efeito, o problema educação já não pode ser reduzido simplesmente ao fracasso de um punhado de alunos, por mais numerosos que sejam nem ao fato de a escola não cumprir devidamente as missões claras que a comunidade lhe recomenda, mas tem um perfil anterior e mais abominável: a imprecisão ou a contradição dessas demandas. (SAVATER, 1998, p.18)

Entendendo que a crise na educação que estamos presenciando e que tanto me inquieta tem como causa principal, ou como uma de suas causas, o fato de não termos uma concepção de educação que seja comum e universal, mas sim uma variedade de concepções de educação muitas vezes antagônicas entre si, e que tem levado a educação a não saber qual tarefa assumir ou a cumprir tarefas que não lhe são próprias, se faz necessário recuperamos o propósito da educação escolar.

O sociólogo e educador inglês Michael Young é um autor que há muito tempo vem pensando em algumas questões educacionais a partir da sociologia da educação. Nessa sua trajetória, Young desenvolveu uma transformação no seu pensamento (que descreverei brevemente no primeiro capítulo), porém, de um modo geral, podemos dizer que Young sempre se preocupou em definir qual o objetivo das escolas e em propor caminhos a serem seguidos para que a educação escolar consiga cumprir com a finalidade para a qual foi instituída.

Apesar do trabalho de Young ainda não ser muito conhecido aqui Brasil e seus livros ainda não terem sido traduzidos para o português, o conjunto de três escritos do autor publicados em revistas científicas brasileiras nos últimos anos foram bem recebidos pela comunidade educacional que a eles tiveram acesso.

Consciente da importância das ideias de Michael Young para pensarmos a educação escolar, no primeiro capítulo farei inicialmente uma breve exposição a respeito da trajetória de Young na área da sociologia da educação, trazendo elementos que ajudam a compreender a mudança de perspectiva (da ênfase no conhecimento dos poderosos à defesa do conhecimento

poderoso) adotada por Young. Em seguida, ao modo de uma resenha de cada um dos textos de Michael Young publicados no Brasil, trarei as principais concepções e defesas apresentadas pelo autor em cada texto, bem como o contexto do qual ele parte para desenvolver suas ideias.

No segundo capítulo retomo as principais ideias defendidas por Young, num processo que, além de demonstrar meus entendimentos acerca dos assuntos tratados por Young nesses três artigos, buscarei, através da reflexão, fazer algumas proposições de como essas ideias podem ser valiosas para pensarmos na especificidade da educação escolar, no papel do currículo, na importância da distinção entre o currículo e pedagogia, no caráter das próprias disciplinas e especialmente, no direito de acesso a todos ao conhecimento poderoso.

“Tornar-nos intelectualmente dignos de nossas perplexidades é o único caminho para começar a superá-las.” Foram essas as palavras de Fernando Savater, escritas no prefácio de seu livro *O valor de educar*, como primeiro passo a ser tomado diante da situação atual (na qual também me encontro) em que temos muitas inquietações, mas poucas e frágeis respostas.

Dito isto, mãos à obra.

1 A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE MICHAEL YOUNG: ESCOLA, CURRÍCULO E CONHECIMENTO

1.1 A trajetória de Michael Young

A trajetória de Michael Young na área da sociologia da educação iniciou, até onde a conhecemos, a partir dos anos de 1970, com a publicação do livro *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education*. Essa obra foi editada por Michael Young, contendo textos do próprio Young e de diversos autores como Pierre Bourdieu, Geoffrey Esland, Neil Keddie e Basil Bernstein. Esses autores, e muitos outros pesquisadores da área da Sociologia da Educação, faziam parte de um grupo que constituiu o chamado movimento da Nova Sociologia da Educação (NSE), e o livro *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education* é considerado o marco deste movimento.

Esse movimento desenvolveu uma abordagem diferenciada ao currículo, visto que até então as discussões sobre currículo estavam centradas em questões técnicas, referentes a quais métodos e estratégias seriam as mais adequadas para serem atingidos os resultados esperados no processo de escolarização, e em como organizar o currículo para esse mesmo fim. Nessa abordagem técnica do currículo, as questões do conhecimento em si e dos aspectos que estão envolvidos na seleção e organização dos conteúdos do currículo não faziam parte das discussões.

A NSE constituiu-se na primeira corrente sociológica de fato voltada para o estudo do currículo. O grande marco de sua emergência tem sido considerado o livro editado por Young, *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education* (1971), [...] e o que se tornou clássico na sociologia do currículo, escrito pelo próprio Young “*Na Approach to the Study of Curricula as Socially Organized Knowledge*”. [...] foi considerável a influência da NSE no desenvolvimento inicial e nos rumos posteriores da Sociologia do Currículo, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. (MOREIRA E SILVA, 1994, p.19 e 20)

Com o advento da Nova Sociologia da Educação, Michael Young e os demais integrantes desse movimento passaram a pensar o currículo como uma construção social, que refletia certos tipos de interesses, ou seja, o currículo era visto por esses teóricos como um conjunto de relações de poder, no qual quem decidia os conteúdos do currículo eram aqueles que tinham maior poder na sociedade. Dessa forma, certos conhecimentos eram legitimados, enquanto outros eram excluídos.

Como essa mudança fazia parte de um movimento maior que nasceu na Inglaterra e que buscou uma nova forma de fazer Sociologia, ligado à “difusão de movimentos sociais em defesa dos direitos e interesses das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, dos homossexuais, etc.” (MOREIRA E SILVA, 1994, p.18), Michael Young defendia que os grupos que não possuem poder deveriam escolher seu próprio currículo de acordo com seus interesses, visto que esse currículo baseado nos interesses das classes mais poderosas acabava por manter as desigualdades sociais.

A força de tal visão era afirmar que o currículo era uma expressão das relações desiguais de poder que estão sempre envolvidas nas decisões curriculares, assim como em todos os demais aspectos da educação. Entretanto com o seu foco no poder e em quem decide tudo o que essa perspectiva aponta é a necessidade de mudar os grupos que tomam as decisões. (YOUNG, 2016, p. 32)

Dessa concepção de currículo e, conseqüentemente, do papel da escola, Young mais tarde desenvolveu a expressão “conhecimento dos poderosos” para se referir aos conhecimentos contidos no currículo que derivavam dos interesses das classes que possuem maior poder de decisão.

Com o passar dos anos, Young passou a desenvolver uma nova abordagem do currículo. Sem negar que o currículo, como sendo uma construção social, é constituído de relações de poder, e que, conseqüentemente as escolas acabam por reproduzir as classes sociais e outras desigualdades, Young passa a se preocupar com as questões do conhecimento propriamente dito.

Nos itens que seguem tentarei, através do apanhado geral das ideias de Young em cada um de seus textos publicados recentemente no Brasil, explicitar como se deu essa mudança de foco nas análises de Young e descrever as principais ideias defendidas pelo autor nessa nova abordagem do currículo e da escola.

1.2 “Para que servem as escolas?”

O texto “Para que servem as escolas? ”, de Michael Young, compõe originalmente um capítulo do livro *The Routledge Companion to Education*. Traduzido para o português por Marcia Barroso, com revisão técnica de Maria Ines Marcondes, foi publicado na revista *Educação e Sociedade* (vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007).

Ao longo de suas 16 páginas, Young apresenta uma visão alternativa em relação ao que seja o papel das escolas, numa atitude de definir qual o propósito específico das escolas e os possíveis desdobramentos dessa ideia, expressos nos conceitos de conhecimento poderoso, diferenciação do conhecimento e das implicações disso para o currículo. O texto está dividido em 10 partes ou subtítulos: introdução; os críticos de escolas nos anos de 1970 e 1980; a virada pós-estruturalista nas ciências sociais; respostas governamentais; novos objetivos para velhas coisas; as lutas pelos propósitos das escolas; que conhecimento?; diferenciação do conhecimento e conhecimento escolar; conceituando o conhecimento escolar e conclusões.

Partindo do fato de que escola é uma construção social e que vários segmentos da sociedade influenciam no modo como ela vai se configurando, existindo sempre tensões e conflitos de interesse em relação ao seu papel, Young inicia seu texto contextualizando quais as ideias de educação e suas influências na educação escolar de seu país.

Young nos dá um panorama das críticas negativas vindas de educadores e sociólogos a partir da década de 1970. Segundo ele, essas críticas questionavam o papel da escola. De outro lado, cita o filósofo da educação John White que fez uma crítica positiva em relação ao propósito das escolas. Segundo o autor, apesar dessas críticas não serem totalmente errôneas, elas não nos ajudam muito pelo fato de não responderem à questão mais importante e a qual Young busca esclarecer nesse texto, ou seja, elas não conseguiram definir qual o propósito das escolas.

As críticas negativas durante as décadas de 1970 e 1980 afirmavam que o papel das escolas em contextos capitalistas era basicamente o de ensinar a classe trabalhadora qual era o seu lugar. Com o passar do tempo, essas críticas passaram a analisar a subordinação de mulheres, negros e minorias étnicas. O que esses críticos queriam dizer era que a escola não estava oferecendo oportunidades iguais a todos, que ela favorecia determinados alunos em detrimento de outros.

Na década de 1990 entram em cena as críticas baseadas no pensamento de Michel Foucault, que via a escola como uma instituição de vigilância. Como essas críticas também só faziam a crítica pela crítica como nas décadas anteriores, não ajudaram muito porque não propunham como a escola deveria ser então.

Concomitantemente com essas críticas surgiram as ideias neoliberais que influenciaram na educação, principalmente com o *New Labor* (partido trabalhista),

privatizando as escolas e as transformando em uma espécie de mercado onde o que importava era a preparação de gente para o mercado de trabalho e a competição por alunos, fundos, etc., além das comparações de desempenho.

Nesse emaranhado de críticas e de ideias que influenciaram a educação escolar surge o Filósofo da educação John White, que apesar de tentar definir o propósito das escolas ao afirmar que as mesmas devem promover a felicidade e o bem estar humanos, também não especifica o propósito da educação.

Apesar de perguntar: “Para que servem as escolas?”, White também acaba não diferenciando os objetivos das escolas, como o governo e os pós-estruturalistas. Como resultado, temos a vigilância para Foucault, a empregabilidade para o New Labor e a felicidade para John White. Eu certamente prefiro o último, mas ele está longe de ser um guia para quem é responsável por um currículo. (YOUNG, 2007, p.1292)

Para Michael Young a escola historicamente tem servido a vários propósitos, principalmente os ligados aos interesses de classes, podendo, portanto, estar a favor da dominação ou da emancipação. Outro aspecto histórico em relação à escola, está relacionado a quem recebe a escolaridade e o que se recebe na escola.

Se, porém, pensarmos na razão de existir da escola para além de um espaço que serve para objetivos de dominação ou de libertação, econômicos, etc., e sim, primordialmente, na escola como um agente de transmissão cultural ou de transmissão de conhecimentos, se faz necessário a seguinte pergunta: “Que conhecimento é papel da escola transmitir?” Para responder essa pergunta Young trás as noções de “diferenciação do conhecimento” e de “conhecimento poderoso” que, ao se inter-relacionarem, permitem definir qual conhecimento é papel da escola transmitir.

O termo “conhecimento poderoso” refere-se ao que esse conhecimento pode possibilitar na vida de quem a ele tem acesso. Ele é poderoso pelos seus efeitos na vida de quem a ele tem acesso e se caracteriza pelo conhecimento especializado (conhecimentos da química, da matemática, etc.) que não estão acessíveis fora da escola ou pelo menos não para todos. E é aí que reside a diferenciação do conhecimento, porque o conhecimento escolar é e precisa ser diferente do conhecimento que está acessível em casa, na rua, nos locais de trabalho, etc. Ao contrário do conhecimento adquirido no cotidiano que é dependente de contexto e lida com questões isoladas, o conhecimento escolar é um conhecimento independente de contexto e teórico.

Ao definir o que é “conhecimento poderoso”, Young define outra ideia que é a de “conhecimento dos poderosos”. O conhecimento dos poderosos é assim chamado por ser um conhecimento definido pelos grupos que têm mais poder de decisão na sociedade e é baseado em seus interesses.

Para Young, ao definirmos que o propósito da escola é a aquisição do conhecimento poderoso, poderemos construir ou teremos elementos para a construção de currículos que possibilitam o acesso ao conhecimento poderoso. Assim, para ele, um currículo baseado na ideia de conhecimento poderoso é um elemento de democracia e justiça social por oferecer os mesmos conhecimentos para todos. O conhecimento poderoso é poderoso principalmente para alunos das classes desfavorecidas, por permitir a esses sujeitos a possibilidade de terem ao menos as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento, o que pode vir a ser uma oportunidade para eles mudarem de vida.

Em relação ao papel do conhecimento poderoso para as crianças vindas de classes desfavorecidas e também da necessidade desse conhecimento ser diferente daquele que os alunos já vivenciam em seu cotidiano, Young declara:

Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição. (YOUNG, 2007, p.1297)

Apesar de defender que o objetivo das escolas é a transmissão de conhecimento (poderoso), Young parte da ideia que essa transmissão não se dá de forma mecânica, passiva e unidirecional, mas que deve haver o envolvimento do estudante nesse processo.

Para que as escolas cumpram com seu objetivo de transmitir conhecimento poderoso elas precisam de professores preparados e de relações aluno-professor adequadas para alcançar esse objetivo. A relação entre professor e alunos precisa ser hierárquica, em que o professor precisa assumir sua autoridade e responsabilidade pedagógica.

Por fim, Young ainda traz o conceito de conhecimento escolar do sociólogo inglês Basil Bernstein. Basicamente a ideia de Bernstein era a existência das fronteiras do conhecimento e seu papel central como uma condição para a aquisição do conhecimento poderoso.

Como muito bem aborda Michael Young, nesse texto, apesar de existirem várias ideias de educação que muitas vezes estão em conflito entre si, se faz necessário que tanto professores, pesquisadores educacionais e políticos se voltem para o propósito específico das escolas. Num momento histórico em que se fala tanto em uma crise da escola, e onde não parece haver uma ideia comum do que seja a educação escolar, se faz necessário definirmos qual o propósito da escola, para o que Michael Young oferece um caminho possível.

1.3 “O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas”

Vivemos em um momento histórico em que não se tem mais uma ideia comum de qual é o propósito da escola, o que a tem transformado num espaço que está a serviço de outros propósitos e finalidades.

Nessa linha de entendimento, e como que na sequência lógica do que defendeu no artigo analisado no tópico anterior, Young publica no Brasil um segundo artigo, com o título que enuncia o presente tópico deste trabalho. A publicação foi feita na Revista Brasileira de Educação (v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011).

Nesse artigo Michael Young busca, inicialmente, mostrar que ao mesmo tempo em que se fala muito em preparar os estudantes para uma sociedade do conhecimento, e sobre o conseqüente papel que a escola ocupa nessa preparação, as políticas educacionais, em sua maioria, estão preocupadas em oferecer uma educação que leve em conta os alunos, seus interesses, seus diferentes estilos de aprendizagem, sua experiência e sua futura ocupação profissional.

Essa concepção de educação vai se refletir em um modelo instrumentalista e numa abordagem instrumentalista do currículo. Para quem adere a essa concepção, a educação não é percebida na sua razão de ser como um fim, mas como um meio para motivar alunos descontentes e/ou para solucionar problemas sociais. “É como se questões sobre as finalidades da educação fossem demasiadamente filosóficas e abstratas para formuladores de políticas e políticos” (YOUNG, 2011, p. 612).

Como exemplo disso, Young traz as reformas de 2008 do currículo nacional na Inglaterra que, com o objetivo de motivar alunos descontentes, passaram a dar menos peso às disciplinas e seus conteúdos para dar lugar a um ensino baseado em temas que abarcam um grande número de disciplinas e que esteja mais próximo do conhecimento, da experiência e do agrado dos estudantes.

Para Young, esse tipo de reformas acontece pelo fato de não se ter uma distinção entre o que é currículo e o que é pedagogia. O currículo, de acordo com a concepção de que a escola é um espaço de aquisição de conhecimento poderoso, é o conjunto de conhecimentos que promovem o desenvolvimento intelectual dos estudantes. A pedagogia, por sua vez, é todo o conjunto de ações do professor para que os alunos se apropriem desse conhecimento definido no currículo. Não sendo, portanto, papel do currículo motivar os alunos, mas sim do professor.

Tentativas de incluir as experiências dos alunos em um currículo “mais motivador” obscurecem a distinção currículo/pedagogia e os papéis muito diferentes de formuladores de currículo e professores. Como a maioria dos professores sabe bem, eles têm de levar em conta as experiências e o conhecimento anterior que os alunos levam para a escola e o que os motiva inicialmente. Isso faz parte dos recursos que os professores têm para mobilizar estudantes, e constitui a base para que os estudantes se tornem aprendizes ativos. Isso, porém, é bastante diferente de incluir essas experiências no currículo. (YOUNG, 2011, p. 613)

Para Young, se quisermos dar uma importância à escola na preparação de jovens para uma sociedade do conhecimento, como falam os políticos, precisamos tornar a questão do conhecimento nossa preocupação central, e isso vai envolver uma concepção de currículo baseada no conhecimento e nas disciplinas. No restante do texto, o autor vai explicitar sua defesa por um currículo centrado em disciplinas.

Segundo Young, influenciado pela obra do sociólogo e filósofo francês Bernard Charlot, a escola é um lugar onde o mundo é tratado como um objeto de pensamento e não como um lugar de experiência. Esse conjunto de objetos de pensamento é dividido em disciplinas que, por sua vez, são constituídas por um conjunto de conceitos sistematicamente relacionados.

O papel da escola é de auxiliar os estudantes a irem para além de suas experiências vividas em casa e em outros lugares e terem o contato com conceitos teóricos de disciplinas científicas, como a física e a história, que diferentemente dos conceitos adquiridos no cotidiano, que são relacionados a problemas particulares e em contextos particulares, os conhecimentos das disciplinas são conhecimentos confiáveis e generalizáveis.

Apesar de Young defender um currículo tradicional centrado em disciplinas, ele distingue sua concepção tradicional de outras a que ele chama de currículo baseado em acatamento. Ele chama a sua visão como currículo de engajamento, na qual, apesar de assumir que o conhecimento é algo exterior aos alunos, esse conhecimento é construído social e historicamente, portanto, não sendo fixo e imutável, tendo uma abertura, mas também uma estabilidade, o que confere a possibilidade de os estudantes estabelecerem suas identidades.

Nessa concepção de currículo de engajamento as disciplinas garantem que os alunos tenham acesso ao conhecimento teórico produzido nas comunidades científicas, com sua característica de confiabilidade, garantindo, assim, a possibilidade de irem para além de suas experiências.

Young finaliza seu texto apresentando as duas maiores críticas a um currículo centrado em disciplinas. A primeira crítica é a de que um currículo centrado em disciplinas continuará a desfavorecer os alunos da classe trabalhadora e das minorias étnicas. Contra essa crítica Young afirma que, apesar desse modelo de currículo de engajamento, centrado em disciplinas, perpetuar um sistema elitista e desigual, e que continua a negar oportunidades de aprendizagem a muitos estudantes de lares desfavorecidos, isso não é consequência da organização curricular, mas do fato de a escola estar inserida em sociedades capitalistas produtoras de desigualdades.

Para Young um currículo centrado em disciplinas possui um papel muito mais amplo do que apenas estar mantendo desigualdades educacionais e, conseqüentemente, sociais. Um currículo centrado em disciplinas é a forma mais eficaz e confiável de transmitir o conhecimento poderoso e de oferecer a todos este conhecimento.

A segunda crítica em relação à proposta de Young se refere à ideia de que, de acordo com uma tendência global, o currículo deveria ser interdisciplinar, baseado em temas e mais próximo das experiências dos estudantes. Para Young, as disciplinas são a forma mais segura de oferecer conhecimento especializado por serem a base da autoridade dos professores e por garantirem a construção de identidades por parte dos professores e alunos. Na concepção de Young, a interdisciplinaridade não pode ser imposta, mas sim apoiada quando os próprios estudantes perceberem as limitações dos campos de conhecimento e sentirem a necessidade de atravessar as fronteiras.

Como pode ser percebido, o grande objetivo de Michael Young neste texto é o de expor seu argumento radical em defesa do conhecimento e das disciplinas como questões centrais nos debates e nas reformas curriculares. O grande argumento de Young é o de que, independentemente dos contextos sociais, políticos e econômicos, e dos interesses que estão envolvidos com esses contextos, as políticas curriculares não podem negligenciar o papel principal do currículo, que é o de promover o desenvolvimento intelectual de crianças e jovens através do conhecimento especializado, visto que é essa a razão do existir da escola.

1.4 “Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI?”

O texto homônimo ao enunciado neste tópico baseia-se numa palestra proferida por Michael Young em um seminário organizado pelo *Cambridge Assessment* – a principal comissão examinadora de escolas e faculdades inglesas, em março de 2014, no *Magdalene College, Cambridge*. Neste artigo Young busca defender a importância do conhecimento na educação escolar e apresentar (para contestar) os constantes ataques ao conhecimento vindos por parte das políticas educacionais e pela comunidade educacional na Inglaterra nos últimos trinta anos. No Brasil a sua publicação ocorreu sob a forma de um artigo na revista *Cadernos de Pesquisa* (v. 46, n. 159, p. 18-37, jan./mar. 2016).

Na Inglaterra, desde os anos de 1970, as políticas curriculares, contando com o apoio da comunidade escolar, vêm praticamente ignorando o papel do conhecimento em suas propostas curriculares, atitude que Young denomina como ceticismo ou medo em relação ao conhecimento.

A partir de 1970, com o fenômeno do colapso do mercado juvenil e o consequente aumento no número de alunos que permaneciam na escola, foram desenvolvidos vários projetos curriculares como “Matemática para todos” e “Historia, Ciência e Geografia para o jovem que abandonou os estudos”. Nesses projetos a ênfase foi dada para atividades mais práticas, relacionadas com seu uso no cotidiano e no trabalho, enquanto que os conteúdos das disciplinas foram enfraquecidos. Esses projetos visavam despertar o interesse desses alunos que eram classificados como estudantes com habilidades medianas ou inferiores à média. Em 1980 criaram-se exames para esses alunos e os certificados de conclusão do Ensino Médio.

Em 1988 foi criado o primeiro currículo nacional na Inglaterra que definia a obrigatoriedade de 10 disciplinas para todos os estudantes até os 16 anos. Porém, essa nova proposta curricular não foi bem recebida pela comunidade escolar, o que causou greves de professores e a consequente redução no número de disciplinas obrigatórias no decorrer das duas décadas seguintes. Assim, só passaram a ser disciplinas obrigatórias a Matemática, o Inglês e a Educação Religiosa, além de ter sido aberto o espaço para disciplinas profissionalizantes.

Todas essas reformas ocorridas entre os anos de 1970 a 2010 não tomaram o conhecimento como o foco central da educação e não garantiram o acesso ao conhecimento das disciplinas a todos os estudantes.

Em 2010, com a eleição de uma nova coalizão governamental conservadora, esse ceticismo em relação ao conhecimento se transformou em um ataque ao conhecimento e ao governo conservador diante de sua proposta para um currículo nacional em que se defendia o conhecimento das disciplinas como centralidade da educação. Estas políticas curriculares foram desenvolvidas pelo secretário de estado Michael Gove.

Como reação a essas reformas, a comunidade educacional passou a atacar essas políticas do governo. No campo político também vieram ataques a essa nova proposta por parte de pessoas ligadas à esquerda. Trata-se de dois grupos pelos quais, segundo Young, poderia se esperar a defesa do direito ao conhecimento e do seu potencial emancipatório. Para Young se faz necessário entender os motivos que levam políticos, teóricos da educação (a maioria de esquerda e que defende uma sociedade mais igualitária em todos os aspectos) e educadores a se oporem ao conhecimento e a seu acesso a todos.

Segundo o autor, essas atitudes de ataque ao conhecimento estão baseadas em uma concepção errônea e equivocada, de origem construtivista, de que todo conhecimento está ligado às circunstâncias em que foi produzido e que, portanto, não existe um conhecimento verdadeiro e objetivo, ou seja, o todo conhecido é visto como algo relativo. Essa concepção leva seus defensores a dar mais importância à experiência e ao conhecimento que os alunos produzem em seus contextos cotidianos e a se preocupar com questões referentes à motivação e ao desempenho dos alunos.

Se todo conhecimento está situado em um contexto, isso leva a um relativismo que rejeita a suposição de haver um conhecimento “melhor” em qualquer área, que poderia ou deveria embasar o currículo escolar. Como consequência, o currículo se

torna aberto a toda uma variedade de finalidades outras que não sejam a aquisição de conhecimento. (YOUNG 2016, p.21)

Essa perspectiva não assume a ideia iluminista de conhecimento como a única fonte real de liberdade e de emancipação, ao contrário, considera o conhecimento como um limitador do qual é preciso se libertar.

Esse ceticismo em relação ao conhecimento, também chamado de cultura do medo do conhecimento, pode ser percebido dentro da comunidade educacional quando em formações ou reuniões de professores as discussões se restringem às notas, ao comportamento e ao relacionamento dos alunos com o aprendizado, sem nunca se discutir sobre o conhecimento. A preocupação desses profissionais está em apenas assegurar que os estudantes consigam boas notas.

Também pode ser percebida essa cultura do medo do conhecimento na forma pela qual a aprendizagem tomou o lugar da educação. A ênfase é dada na aprendizagem, vista como algo bom, e onde os conhecimentos já construídos podem ser facilmente desprezados para darem lugar a novas aprendizagens.

Essa mudança do foco para a aprendizagem também faz com que os professores não se sintam confortáveis em exercer sua autoridade como professores que sabem mais. Porém, sabemos que a aprendizagem só é possível a partir do desenvolvimento de uma relação com o conhecimento, e é o professor quem pode conduzir os alunos para uma relação com o conhecimento.

Outro problema é quando os professores não fazem a devida distinção em relação ao conhecimento dependente de contexto e conhecimento independente de contexto e quando não veem a necessidade de os alunos terem acesso a um conhecimento mais confiável.

Esse ceticismo em relação ao conhecimento encontra suporte nas críticas ao conhecimento de autores anticonhecimento como Foucault e Louis Althusser. Como último exemplo de como o conhecimento está sendo atacado, Young traz a oposição de muitas pessoas a um currículo nacional tanto no Brasil como na Inglaterra.

Na parte final do texto Young descreve como se deu sua trajetória até chegar à ideia de conhecimento poderoso. Quando começou sua trajetória na área da Sociologia da Educação, a partir de uma abordagem social construtivista do currículo e da escola, ele desenvolveu o

termo conhecimento dos poderosos para se referir às relações de poder presentes nas decisões curriculares.

A mudança no foco de análise iniciou a partir da experiência que Young viveu na África do Sul. Depois do fim do *apartheid* e da instauração do primeiro governo democrático, Young se juntou com professores, educadores e sindicatos na criação de um sistema educacional mais justo. Baseados nas ideias de Paulo Freire, de uma educação popular e nas ideias do próprio Young de um currículo como expressão das relações de poder, criaram um sistema de educação no qual os próprios professores pudessem decidir qual conhecimento era melhor e não as pessoas que estavam no poder. Assim não havia um currículo ao qual os professores deveriam seguir.

Como os professores tinham sido malformados e não tinham nenhuma formação ou experiência em propor um currículo, não sabiam o que fazer com a autonomia que lhes foi dada. Como resultado, as escolas da África do Sul acabaram caminhando para o caos.

Nesse momento Young se deu conta de que a educação, sendo uma atividade especializada, precisava, para cumprir com seu papel, contar com um conjunto de conhecimentos curriculares e pedagógicos e de professores experientes, isto é, algo além apenas de críticas a um currículo elitista e à defesa e luta por uma educação mais democrática. Dessa experiência que Young teve na África do Sul, somado com as leituras de obras de autores como Durkheim, Bernstein e Vygotsky, Young desenvolveu uma nova abordagem para pensar sobre o papel da escola, do currículo e do conhecimento.

O original conceito de conhecimento dos poderosos passou a ser definido como conhecimento poderoso. O conhecimento poderoso ou o conhecimento que precisa embasar o currículo é o conhecimento especializado derivado das comunidades disciplinares, sendo, portanto, um conhecimento que é teórico e independente de contexto e não um conhecimento adquirido na vida diária. Young denomina esse conhecimento de poderoso porque, ao contrário do primeiro termo que dava ênfase para o conhecimento como um instrumento de exercer poder sobre os outros, o conhecimento é um elemento poderoso para quem a ele tem acesso.

Depois de esclarecer melhor o conceito de conhecimento poderoso, Young inclui em seu texto o que foi escrito por uma diretora de escola. O texto dessa professora nasceu a partir

da leitura de um dos livros de Michel Young. Para o autor esse texto diz muitas coisas sobre escolas e currículos de uma forma muito melhor do que ele mesmo o faria.

O texto dessa diretora se intitula *Uma escola baseada no conhecimento* e se destina à equipe escolar. Ele considera os professores como sendo as pessoas que oferecem conhecimento poderoso e dá ligação desse conhecimento com as disciplinas acadêmicas e da sua importância e necessidade de ser um conhecimento que esteja disponível para todos.

A diretora, em seu texto, cita 10 pontos a serem lembrados e que podem ser denominados como princípios ou como um resumo das principais ideias defendidas por Michael Young:

(1) O conhecimento vale a pena por si só. Digam isso para as crianças: nunca se desculpem pelo que precisam aprender. (2) As escolas transmitem o conhecimento compartilhado e poderoso em nome da sociedade. Nós ensinamos o que é preciso para dar sentido ao mundo e melhorá-lo. (3) O conhecimento compartilhado e poderoso é legitimado por meio de comunidades de aprendizagem. Precisamos nos manter em contato com as associações universitárias, de pesquisa e produção de conhecimento. (4) As crianças necessitam do conhecimento poderoso para entenderem e interpretarem o mundo. Sem ele, elas permanecem dependentes daqueles que o possuem. (5) O conhecimento poderoso é cognitivamente superior àquele necessário para a vida diária. Ele transcende e liberta as crianças da experiência cotidiana. (6) O conhecimento compartilhado e poderoso permite que as crianças cresçam e se tornem cidadãs engajadas. Como adultas, elas podem entender, cooperar e modelar o mundo juntas. (7) O conhecimento compartilhado é a base para uma democracia justa e sustentável. Cidadãos educados juntos compartilham um entendimento do bem comum. (8) É justo e equitativo que todas as crianças devam ter acesso a esse conhecimento. O conhecimento poderoso abre portas: deve estar disponível a todas as crianças. (9) A autoridade adulta legítima é exigida para a transmissão de conhecimento compartilhado. A autoridade do educador para transmitir conhecimento, é dada e valorizada pela sociedade. (10) A relação pedagógica associa autoridade adulta, conhecimento poderoso e a sua transmissão. Precisamos de profissionais de qualidade para alcançar tudo isso para todas as nossas crianças. (YOUNG, 2016, p.35 e 36)

Partindo do contexto educacional da Inglaterra, Michael Young explicita nesses três artigos os motivos que tem levado as escolas inglesas a não cumprirem com sua tarefa de oferecer um conhecimento que fosse poderoso para os estudantes. Entre eles esta uma descrença no papel do conhecimento e uma ênfase muito grande em adequar o currículo com o intuito de motivar os estudantes.

Em um contexto parecido com o da educação inglesa, como é o caso do Brasil, as ideias de Young podem ser de extrema importância e utilidade. Sobre a potencialidade das ideias de Michael Young para a educação é o que pretendo tratar no segundo capítulo.

2 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MICHAEL YOUNG PARA A EDUCAÇÃO

No primeiro capítulo busquei trazer, através da sistematização de três textos publicados no Brasil, as concepções de Young em relação ao propósito da escola, ao papel do currículo e do conhecimento na educação escolar, dentre outros aspectos. Procurei, também demonstrar, através dos próprios relatos do autor como muitas de suas ideias e defesas vão na contramão do que se tem dito e feito em educação pelas políticas governamentais, pelos educadores e pesquisadores educacionais.

Apesar de o autor desenvolver suas concepções a partir da realidade do seu país, suas ideias podem ser válidas para se pensar vários aspectos da educação em outros contextos que apresentam situações semelhantes às apresentadas por Young. A partir de agora farei o movimento de refletir como as principais ideias do autor podem ser valiosas para a educação e esclarecer algumas questões que dizem respeito à escola e à sua função.

2.1 A noção de conhecimento poderoso como sendo o conhecimento especificamente escolar

Acredito que a centralidade de todo o pensamento de Michael Young, e sobre o que ele desenvolve suas ideias, está no conceito de conhecimento poderoso, termo por ele criado. Como já dito no primeiro capítulo, o conceito de conhecimento poderoso é construído em contraposição ao conceito de conhecimentos dos poderosos. Young o desenvolveu a partir da compreensão de que, apesar de existirem conhecimentos que são definidos pelos grupos de maior poder na sociedade (pessoas poderosas) com vistas a servir aos seus interesses, o conhecimento escolar não é apenas um instrumento de poder sobre algo ou alguém, visto que ele pode ser um instrumento de poder para quem a ele tem acesso. Um poder não para ser exercido sobre alguém, mas como sendo poderoso para a vida de quem a ele tem acesso.

Segundo Young, o conhecimento poderoso é o conhecimento especializado e teórico, ou seja, o conhecimento derivado das áreas ou campos do conhecimento. Trata-se de um conhecimento que Young define como independente de contexto.

Em seus escritos, principalmente no texto “Para que servem as Escolas?”, o autor faz um movimento de situar a escola como uma instituição que tem como propósito específico promover a aquisição de conhecimento, mais especificamente o conhecimento poderoso.

[...] minha resposta à pergunta “Para que servem as escolas?” é que elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho. (YOUNG, 2007, p.1294)

Assim, em Young temos uma definição clara e específica de qual é a função da escola e que pode ser tomada como uma referência para definirmos o seu papel. A escola, nessa perspectiva, é um espaço no qual crianças, jovens e mesmo adultos podem adquirir um conhecimento diferente daquele que já tiveram ou que terão no espaço privado da família, na comunidade, no trabalho e em outros espaços (diferenciação entre conhecimento escolar e conhecimento não escolar).

Enquanto que nos ambientes não escolares os sujeitos vão construindo conhecimentos que, segundo Young, são conhecimentos construídos ou aprendidos a partir de situações específicas, para resolver problemas específicos (conhecimentos dependentes de contexto), na escola os estudantes passam a adquirir conhecimentos independentes de contexto, não diretamente relacionados à solução de problemas específicos e urgentes.

Ainda nessa linha, na escola os alunos tratam o mundo como um objeto de pensamento e não como um espaço onde se dão experiências com o mesmo. Enquanto que no universo fora da escola os estudantes, como filhos, cidadãos, trabalhadores, crianças, enfim, qualquer que seja sua condição, estão vivendo experiências no mundo e sobre o mundo, na escola eles tem a oportunidade de ampliarem seus conhecimentos acerca do mundo, podendo, assim, avançar para além de sua experiência.

O conhecimento poderoso (conhecimento especializado) é defendido por Young por ser o conhecimento mais confiável que temos, já que é resultado de pesquisas desenvolvidas pelas comunidades disciplinares e que pode ser generalizado para outras situações semelhantes. É esse conhecimento que permite aos estudantes ampliar seus conhecimentos acerca de algum aspecto do mundo sobre o qual eles já possuem algum conhecimento, construído principalmente através da experiência cotidiana. “Os estudantes podem ‘conhecer’

muito sobre a sua própria cidade, por terem crescido nela; porém, a disciplina Geografia lhes ensina um tipo muito diferente de conhecimento sobre cidades” (YOUNG, 2016, p. 29), ou que lhes permite conhecer algo totalmente novo e até então desconhecido para eles.

Às vezes, em geografia como em outras disciplinas, conceitos curriculares não têm um referente no ambiente de vida do aluno. Tais conceitos pertencem apenas a um mundo específico, constituído por pesquisadores especialistas envolvidos em desenvolver conhecimento novo. Bons exemplos são elétrons e átomos em ciências. Ao mesmo tempo, porque foram estudados e testados por especialistas, o acesso a eles é o modo mais confiável que temos para ampliar a compreensão do estudante. (YOUNG, 2011, p. 616)

Através das disciplinas e dos aspectos que cada um aborda os estudantes passam a ter acesso a determinados tipos de poderes como, por exemplo, o poder de abstração e generalização que o estudo das ciências possibilita, ou o poder de compreender melhor através das ciências sociais e humanas como as pessoas e sociedades se comportam. O conhecimento da leitura e escrita permite que eles adquiram o poder de conhecer e entender melhor o mundo, além de poderem, pela leitura e pela escrita, dizerem suas próprias palavras.

O conhecimento poderoso expande o horizonte de pensamento e compreensão dos alunos, permitindo que eles se libertem das circunstâncias a que estão submetidos, vindo, assim, a se libertarem da experiência que os limita, podendo compreender melhor o mundo, interpretá-lo, e atuar sobre ele de uma forma melhor.

É esse conhecimento que permite a continuidade dos estudos para níveis superiores de ensino e para a profissionalização. No ensino superior os estudantes que já tiveram acesso ao conhecimento poderoso na educação básica se especializarão em alguma determinada área de conhecimento e atuação, na qual novamente vão estar em contato com um conhecimento especializado e na sua produção. A formação superior em uma determinada área de conhecimento permite a construção de uma série de conhecimentos teóricos que serão a base para a futura atuação desses profissionais, bem como para a confiança que a sociedade deposita no trabalho deles.

As pessoas que viveram antes da criação da escola, ou aquelas que frequentaram a escola, mas que não tiveram acesso a esse conhecimento poderoso, se constituíram seres humanos limitados a conhecimentos adquiridos pela experiência. Não tiveram o contato com conhecimentos mais confiáveis, mais objetivos, e assim não tiveram a oportunidade de ampliarem seu horizonte de pensamento e compressão, tanto na sua vida pessoal como profissional.

De acordo com essa perspectiva proposta por Young, a razão de existir da escola está no fato de ela oferecer esse conhecimento que não pode ser adquirido em outro lugar e que possibilita a emancipação dos seres humanos. Se a escola se limitar a oferecer aquilo que os alunos já sabem, ou em buscar outros objetivos que não seja o desenvolvimento intelectual dos estudantes por meio do conhecimento poderoso, ela não está cumprindo com seu propósito.

A escola, portanto, não pode se constituir em um espaço, como defendem algumas das políticas educacionais e grande parcela da comunidade educacional, que se destina ao aprendizado de conhecimentos relacionados com as experiências dos estudantes, baseado em atividades práticas ou para os conhecimentos específicos que serão necessários para as situações que o aluno vai viver, tendo em vista a motivação desses alunos.

2.2 O currículo como um recurso para promover a aquisição de conhecimento poderoso

Michael Young é um teórico que, além de definir qual é o propósito da escola, reflete sobre as condições para que a escola consiga cumprir com seus objetivos. Para que uma escola tenha sucesso em capacitar seus alunos a adquirir conhecimento poderoso ela precisa contar, segundo Young, com um currículo baseado nesse conhecimento poderoso.

Apesar de Young afirmar que a qualidade da educação envolve uma série de fatores, dentre eles professores qualificados, o currículo é um recurso muito importante, visto que no currículo estão expressas as intenções que a sociedade ou determinado país tem para com a educação. “O currículo é um recurso para guiar os objetivos do professor, da escola e do país – o que é valorizado como essencial para todos os estudantes terem acesso”. (YOUNG, 2016, p.34)

Se a escola é compreendida como um espaço que esteja a serviço das demandas do mercado, se preocupando mais com a profissionalização do que com a formação de cidadãos, o currículo, conseqüentemente, vai favorecer a aquisição de determinadas habilidades ao invés de conhecimentos. Se ela é entendida como um espaço no qual é preciso respeitar os interesses e as experiências que os estudantes trazem do seu cotidiano, com o objetivo de motivar os estudantes para aprender, ou com o objetivo de lhes facilitar o acesso ao

conhecimento, ela vai incorporar junto ao seu currículo condições para motivar esses estudantes.

Como defende Young, o papel do currículo deriva do papel das escolas, e se a especificidade da educação escolar é o desenvolvimento intelectual dos alunos através do conhecimento poderoso, o currículo precisa estar baseado nesse conhecimento e ser um guia para as escolas e os professores transmitirem esses conhecimentos.

2.3 A necessária diferenciação entre currículo e pedagogia

Quando surgem propostas curriculares centralizadas no aluno, com vistas a motivar e despertar o interesse dos estudantes, por exemplo, não se está fazendo uma devida distinção entre o que é e o que cabe ao currículo e à pedagogia, respectivamente. O currículo “se refere ao conhecimento que um país considera importante que esteja ao alcance de todos os estudantes” e a pedagogia “se refere às atividades dos professores para motivar os alunos e ajudá-los a se engajarem no currículo e torná-lo significativo” (YOUNG, 2011, p. 612). Ou seja, o currículo precisa definir apenas *o que* precisa ser ensinado e a pedagogia se refere ao *como* ensinar.

Currículo e pedagogia, sugiro, precisam ser vistos como conceitualmente distintos. Referem-se às responsabilidades distintas de formuladores de currículo e de professores, e cada um depende do outro. Enquanto os professores não podem, eles próprios, criar um currículo, mas precisam dele para guiá-los no que devem ensinar, os formuladores de currículos apenas podem estipular os conceitos importantes aos quais os alunos precisam ter acesso. Os formuladores de currículo contam com os professores para motivar os estudantes e transformar esses conceitos em uma realidade para os alunos. (YOUNG, 2011, p. 612-613)

Assim, é papel do professor fazer a recontextualização do currículo para seus alunos. O currículo não pode definir maneiras mais adequadas para motivar os alunos, porque ele não sabe das condições dos estudantes e do que eles precisam para aprender, mas o professor conhece seus os alunos e, portanto, possui condições para desenvolver ações que os ajudarão a se envolverem com esses conhecimentos.

Young não nega a importância da experiência que os alunos trazem para a escola, por que é através dos conhecimentos que os alunos trazem para a escola, dos seus interesses, por

exemplo, que o professor vai desenvolver suas ações. Porém o trabalho do professor precisa ser o de levar os alunos para além disso, ao invés de somente oferecer aquilo que os estudantes já conhecem ou aquilo que lhes agrada.

2.4 Disciplinaridade ou interdisciplinaridade?

Atualmente existe dentro da comunidade educacional um grande debate em torno da questão da interdisciplinaridade e da disciplinaridade. De um lado temos a defesa por um ensino disciplinar, ou seja, baseado nas disciplinas; do outro, temos uma defesa por um ensino interdisciplinar. Os defensores de um ensino interdisciplinar ou transdisciplinar alegam que a melhor forma de transmitirmos conhecimento é através de temas pertinentes ao momento e à necessidade dos estudantes, no qual é possível relacionar um grande número de disciplinas, com o objetivo de compreender melhor a realidade de uma forma mais contextualizada e na sua totalidade.

Michael Young é um autor que defende um currículo e um ensino baseados nas disciplinas por motivos já citados. Retomando as defesas do autor de um currículo baseado nas disciplinas, ele argumenta que elas são importantes tanto para os professores quanto para os alunos. Como as disciplinas constituem limites ou fronteiras entre si, justamente por tratarem cada qual de um determinado aspecto do mundo, elas permitem aos professores se especializarem em uma ou em até mais de uma área do conhecimento. Esse conhecimento disciplinar do professor é a base de sua autoridade. A formação do professor em uma determinada área confere a ele certa identidade por fazer parte de uma comunidade de especialistas. Além da formação inicial, esses professores se mantêm ligados aos demais especialistas da área, de várias formas, podendo, assim, estarem sempre atualizados. Quando esteve no Brasil, em entrevista concedida para a Revista Educação e Pesquisa, Young declara:

Considero os limites, as fronteiras, extremamente importantes, principalmente para os professores. Se eu for professor de história ou física na escola, não quero estar completamente isolado, quero ser parte de uma comunidade mais ampla de especialistas em história ou em física, em conexão com as universidades e com os professores da disciplina em nível superior. Mas, se eu estiver ensinando uma disciplina chamada “Meio ambiente” ou “Abastecimento local de água”, não haverá como eu ser parte de uma comunidade de professores e pesquisadores. É muito importante que os professores sejam parte de uma comunidade mais ampla e são os limites entre as disciplinas que vão definir isso. Por isso, os limites são tão importantes para os professores. (GALIAN E LOUZANO, 2014, p. 1118)

As disciplinas são também importantes para os alunos, pois através delas eles também estão de certa forma entrando nessas comunidades de especialistas, conhecendo seus métodos, seu objeto de estudo e construindo identidades. É através das disciplinas que os próprios alunos poderão perceber se avançaram em relação à construção de conhecimentos ou não.

Além disso, as disciplinas são a melhor forma de adquirir o conhecimento poderoso porque elas partem de conceitos. Na mesma entrevista mencionada acima, ao ser perguntado se acreditava que não se deveria trabalhar de forma interdisciplinar, Young disse que os estudantes precisam ter primeiramente o contato com as disciplinas e seus conceitos. Por exemplo, indicou ele, não adianta de nada os estudantes estarem trabalhando com o tema do aquecimento global e das mudanças climáticas se antes eles não compreenderam o conceito de clima.

[...] existe um grande interesse em ensinar tópicos relevantes da atualidade, como aquecimento global e mudança climática, mas querem ensinar a crianças que ainda não sabem o que é o clima! É preciso ter um conceito razoavelmente claro do que seja o clima antes de poder aprender qualquer coisa sobre aquecimento global e mudança climática. O que pode acabar acontecendo é que, sem esses conceitos, o currículo se transforme em um bate-papo como o que se tem em casa; e não se precisa da escola para isso. (GALIAN E LOUZANO, 2014, p. 1120)

Quando se assume um ensino interdisciplinar ou integrado podemos correr o risco de os alunos não compreenderem ou não verem sentido na integração proposta pelo professor e não serem capaz de fazerem as conexões ou verem um sentido do todo que tanto se espera no ensino interdisciplinar. A interdisciplinaridade, na concepção de Young, não deveria se dar forçadamente, mas sim nascer de uma necessidade que os próprios alunos forem capazes de desenvolver, ao perceberem a limitação de uma determinada disciplina para compreender algum problema ou assunto.

2.5 A educação como um direito de todos.

O acesso à educação escolar e ao conhecimento é para Young um direito de todos. Os estudantes quando chegam à escola vêm carregados de diferenças entre si, diferenças de

ordem econômica e social, étnica, de gênero, de relações sociais, de experiências de vida, de contato com o conhecimento, etc.

Ao contrário do mundo que está para além dos seus muros, a escola, baseada em princípios democráticos, como a igualdade e a justiça social, precisa ser um espaço onde todos são considerados iguais e, conseqüentemente, com direito a terem o acesso aos mesmos conhecimentos. Diferentemente do que foi a escola há tempos atrás, num momento histórico onde quem tinha acesso a uma educação mais intelectual eram os filhos de pais ricos, hoje ela precisa ser uma só para todos e de todos.

Se a escola oferecer os mesmos conhecimentos a todos os alunos de um país, por exemplo, independentemente da escola que eles frequentem, da classe social da qual fazem parte, da cor de pele, dos olhos, etc., os alunos mais desfavorecidos terão tido a oportunidade de construir conhecimentos que lhes permitirão, ao voltarem para o mundo, estar em condições mais iguais com os demais e em condições de êxito também mais próximas.

Para Young, apesar de não podermos desconsiderar que a escola e o currículo, por estarem situados em sociedades capitalistas, acabam por reproduzir a classe social e outras desigualdades, como ele afirmava quando defendia a concepção de conhecimentos dos poderosos, essa instituição também pode e deve representar, e isso vai depender do currículo, “os objetivos universalistas de tratar todos os alunos igualmente e não apenas como membros de classes sociais diferentes, grupos étnicos diferentes ou como meninos ou meninas” (YOUNG, 2011, p. 620).

Ou seja, as escolas precisam assumir esses objetivos universalistas, em que todos os alunos são tratados igualmente e têm acesso aos mesmos conhecimentos. Não é justo que determinados estudantes tenham acesso a certos conhecimentos enquanto outros fiquem excluídos desse direito e do poder a que esses conhecimentos lhe dão acesso.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou, como expressei na introdução, atender a uma necessidade minha como acadêmica do curso de Pedagogia. Durante toda a minha graduação, e mais intensamente nos semestres que antecederam a produção desta pesquisa, passei a desenvolver uma grande inquietação referente à questão da especificidade da educação escolar.

Não tendo certeza nenhuma sobre qual o propósito primordial da educação, me movimentava entre concepções que defendiam um ensino baseado nos estudantes, que deveria partir de suas realidades, dos seus conhecimentos construídos no cotidiano. Especificamente para as crianças era defendida uma educação que fosse o máximo possível interessante e lúdica para elas. Ao mesmo tempo se falava na educação como transmissão de conhecimento, se falava em currículo e no ensino dos conhecimentos das disciplinas. Mas me faltava esclarecer melhor tudo isso.

A realização de um estágio nos anos iniciais, no qual busquei promover um ensino que, partindo de um tema que julguei ser do interesse dos alunos, relacionasse várias disciplinas e que favorecesse atividades lúdicas com vistas a motivar esses alunos, me fizeram levantar uma série de dúvidas.

Nas disciplinas de Filosofia e Educação I e II e em Sociologia e Educação I já passei a construir certos indicativos sobre a especificidade da educação escolar. O contato com a obra *O Valor de Educar*, de Fernando Savater, também me possibilitou entender um pouco mais do que deve ser de fato o trabalho da escola e dos professores.

O estudo mais aprofundado das ideias de Michael Young me possibilitou entender que a escola precisa ser um espaço destinado para a aquisição de conhecimento, visto que sua razão de ser está justamente no conhecimento que só ela é capaz de oferecer, o conhecimento poderoso ou o conhecimento especializado, que permite aos estudantes terem acesso a um conhecimento mais teórico, objetivo e confiável.

Apesar de como afirma Young, e como pode muito bem ser percebido, as políticas educacionais, a comunidade pedagógica e os professores apresentarem muitas vezes uma postura de descrença no papel do conhecimento na educação escolar, que se reflete nas

propostas curriculares, nas práticas pedagógicas que privilegiam ou dão mais importância a uma educação mais próxima do que seja a vida e o interesse dos estudantes, a escola não pode negligenciar sua função específica vinculada ao conhecimento.

O autor defende a importância do currículo, das disciplinas e do trabalho dos professores como meios para que a escola possa de fato promover o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Não busquei desenvolver uma grande pesquisa, com um caráter totalmente de novidade. Fui mais modesta, procurando, acima de tudo, alcançar uma maior compreensão das ideias de Michael Young para a educação, com o objetivo maior de encontrar algumas respostas para minhas dúvidas e inquietações.

Com certeza este trabalho não respondeu a todas as minhas perguntas. Pelo contrário, despertou novos problemas de pesquisa. Também me possibilitou entender que esse tema com certeza não se esgota nas contribuições de Michael Young. Ainda há muitos autores a serem lidos e muitas compreensões a serem alcançadas sobre esse tema que tanto me inquieta, que é a especificidade da escola.

Para finalizar gostaria de deixar algumas palavras sobre a experiência de escrever esta monografia. A tarefa de escrever nunca é uma tarefa fácil. E escrever este Trabalho de Conclusão de Curso não foi diferente. Exigiu de mim muita leitura e reflexão, e de muito, muito tempo e esforço para escrever. Também me causou momentos de desânimo em que nada parecia estar bom e a vontade de jogar tudo fora de vez em quando aparecia. Mas foi também uma tarefa muito boa, gratificante e apaixonante.

Talvez este trabalho não seja muito interessante e não cause admiração ou elogios. Como já disse, escrever não é uma tarefa fácil, e para mim principalmente não foi. Mas eu tentei, me esforcei o máximo possível. Foi grande o tempo dispensado em escrever, analisar o escrito, apagar, reescrever.... Poderia ter me esforçado mais e ido mais longe, com certeza. Mas para mim foi uma oportunidade até aqui única. Oportunidade de aprofundar meus conhecimentos; oportunidade de responder a algumas de minhas inquietações; oportunidade de exercitar o estudo, a reflexão e a escrita; oportunidade para perceber que, apesar de todas as dificuldades do caminho, tudo valeu a pena.

REFERÊNCIAS

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no "conhecimento dos poderosos" à defesa do "conhecimento poderoso" (entrevista com Michael Young). *Educação e Pesquisa*. [online]. 2014, vol.40, n.4, pp.1109-1124. ISSN 1517-9702.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>

_____. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a05.pdf>

_____. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI?. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 159, p. 18-37, jan./mar. 2016.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00018.pdf>